

Maringá – PR, 27 de março de 2023.

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO - 9010

A **UNAVANTI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** (“Companhia” ou “UNA”) em atendimento ao requerimento pela Circular nº 3.964/2019 e Carta Circular nº 3.981/2019 do Banco Central do Brasil (“Bacen”), entregar sua Carta de Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia, relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2022 comparativas com o período findo em 31 de dezembro de 2021, conforme relação de documentos descritos a seguir:

- Relatório da Administração
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido;
- Demonstração de Fluxo de Caixa; e
- Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras.

A divulgação das demonstrações financeiras individuais da Una foi aprovada pela Administração em 27 de março de 2023.

Em observância às disposições das normas citadas anteriormente, a Diretoria da Una declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no Relatório dos



UNAVANTI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 42.047.025/0001-90

Auditores Independentes referente às informações semestrais individuais relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Heitor Meneguette
Diretor Presidente

Germano Meneguette
Diretor Operacional

Érica Ap. Tahara Geraldelli
Contadora
CRC PR 068179/O-0

UNAVANTI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da:

UNAVANTI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A.

Maringá - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da UNAVANTI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da UNAVANTI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A., em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 09 de junho de 2021 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), incluindo a resolução no 4.720/19 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a circular nº3.959/19 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na **Nota Explicativa nº 1**, a Companhia foi constituída em 21 de maio de 2021 e as referidas demonstrações contábeis compreendem o período entre aquela data e 31 de dezembro de 2022. Na leitura das demonstrações contábeis o referido assunto deve ser considerado. Nossa opinião não contém ressalva com relação a este assunto.

Ênfase

Conforme mencionado na **Nota Explicativa nº 15**, é importante destacar que em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava saldo de capital social a integralizar de R\$ 375 (mil), em desacordo com o artigo 27 da Lei 4.595/1964 e do próprio boletim de subscrição aprovado em 8 de dezembro de 2021 que estabelece o prazo para integralização do capital social em 12 meses contados a partir da subscrição. Na leitura das demonstrações contábeis o referido assunto deve ser considerado. Nossa opinião não contém ressalva com relação a este assunto.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao semestre e exercício findos 31 de dezembro de 2021

O exame das demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, foi conduzido sob a nossa responsabilidade, cujo relatório de auditoria foi emitido em 22 de março de 2022 sem modificação de opinião. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022

O exame das demonstrações financeiras referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2022, apresentadas para fins comparativos, foi conduzido sob a nossa responsabilidade, cujo relatório de auditoria foi emitido em 29 de agosto de 2022 sem modificação de opinião. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar,

dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau-SC, 27 de março de 2023.

**SIDENI
MORATELLI:6
1317837991**

Assinado de forma
digital por SIDENI
MORATELLI:613178
37991
Dados: 2023.03.29
09:16:56 -03'00'

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC "S" PR
Sidení Moratelli – Sócio Responsável
Contador – CRC/SC – 19.206/O-7 "S" PR

**JULIANO
DOS SANTOS
MACHADO:9
0271823968**

Assinado de forma
digital por JULIANO
DOS SANTOS
MACHADO:902718239
68
Dados: 2023.03.29
09:17:10 -03'00'

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC "S" PR
Juliano dos Santos Machado – Sócio
Contador – CRC/PR – 051.229/O-8 "S" PR

Balço Patrimonial

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante			
Disponibilidades	5	72	1.753
Títulos e Valores Mobiliários		3.319	-
Aplicações de liquidez (LTN)	5	3.319	
Operações de Crédito	6	1.620	772
Outros créditos	7	271	300
Total do Ativo Circulante		5.282	2.825
Ativo não circulante			
Imobilizado	8	88	56
Intangível		2	2
Total do Ativo não Circulante		90	58
Total do Ativo		5.372	2.883
PASSIVO			
		31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante			
Instrumentos financeiros		2.612	-
Depósitos contas pré-pagas	9	2.612	
Outros Passivos		179	306
Obrigações fornecedores	10	51	57
Obrigações trabalhistas e sociais	11	67	
Obrigações tributárias	12	31	190
Obrigações estatutárias	13		59
Outras obrigações	14	30	
Total do Passivo circulante		2.791	306
Patrimônio líquido			
	15		
Capital social		3.000	3.000
(-) Capital a integralizar		(375)	(600)
Reserva Legal		12	12
Lucros/Prejuízos acumulados		(56)	165
Total do patrimônio líquido		2.581	2.577
Total do Passivo		5.372	2.883

Demonstração do Resultado do semestre/exercício findo em:

(Valores expressos em milhares de reais)	Nota	2º-Sem-2022	31/12/2022	31/12/2021
Receita de operações de crédito		282	529	18
Receita de títulos e valores mobiliários (TVM's)		41	41	
Receita de prestação de serviços	16	1.411	3.213	1.202
Outras receitas operacionais		4	4	
Receita operacional líquida		1.738	3.787	1.220
(-) Deduções da Receita		(125)	(276)	(94)
Lucro bruto		1.613	3.511	1.126
(Despesas)/Receitas operacionais				
Despesas administrativas	17	(1.617)	(3.504)	(728)
Despesas ajustes patrimoniais		(9)	(16)	(3)
Despesas provisão de devedores duvidosos	18	(4)	(12)	(4)
Outras despesas operacionais		(10)	(11)	
Total das despesas operacionais		(1.640)	(3.543)	(735)
Resultado operacional		(27)	(32)	391
Outras Receitas/Despesas não operacionais		(3)	(24)	
Resultado antes das provisões		(30)	(56)	391
Provisão IRPJ				(76)
Provisão CSLL				(79)
Lucro/Prejuízo Líquido do Semestre/Exercício		(30)	(56)	236

UNAVANTI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 42.047.025/0001-90

Demonstração do resultado abrangente do semestre/exercício findo em:

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2º-Sem-2022</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado Líquido do Período	<u>(30)</u>	<u>(56)</u>	<u>236</u>
Resultado abrangente do período	<u><u>(30)</u></u>	<u><u>(56)</u></u>	<u><u>236</u></u>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em:

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social Subscrito	(-) Capital Social a integralizar	Reserva de Lucros		Total
			Legal	Lucros Acumulados	
Saldo em 31 dezembro de 2021	3.000	(600)	12	165	2.577
Integralização de capital social		225			225
Resultado do semestre				(26)	(26)
Destinações:					
Dividendos				(165)	(165)
Saldo em 30 de junho de 2022	3.000	(375)	12	(26)	2.611
Resultado do semestre				(30)	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.000	(375)	12	(56)	2.581

UNAVANTI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 42.047.025/0001-90

Demonstração do fluxo de caixa do semestre/exercício findo em:

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2º-Sem-2022</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais	-	-	-
Lucro líquido antes do IRPJ E CSLL	(30)	(56)	391
Ajustado por:			
Depreciações e amortizações	9	16	3
Provisão para crédito e liquidação duvidosa	4	12	4
Reversão de provisão para crédito e liquidação duvidosa	(3)	(3)	
	(20)	(28)	398
(Aumento)/Diminuição das contas ativas			
- Operações de Crédito	823	(860)	(776)
- Outros Créditos	(67)	29	(300)
Aumento/(Diminuição) das contas passivas			
- Depósitos em contas pré-pagas	2.304	2.612	
- Obrigações tributárias	(6)	(4)	35
- Obrigações trabalhistas e sociais	8	67	
- Obrigações fornecedores	19	(6)	57
- Outras obrigações	30	30	
Caixa proveniente/(usado) nas operações	3.091	1.840	(586)
- Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(155)	
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	3.091	1.685	(586)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
- Aquisição de ativo imobilizado/Intangível	(25)	(48)	(61)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(25)	(48)	(61)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
- Distribuição de Dividendos		(224)	
- Integralização de Capital Social		225	2.400
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	-	1	2.400
Aumento/(Diminuição Líquida de caixa e equivalentes de caixa	3.066	1.638	1.753
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	325	1.753	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	3.391	3.391	1.753

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do período findo em
31 de dezembro de 2022.**

1) Contexto Operacional

A Unavanti Sociedade de Crédito Direto S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado e com fins lucrativos, sediada na Avenida Paraná, nº 242, Sala 01, Centro na cidade de Maringá – PR. Conforme previsto no artigo 3º do seu Estatuto Social, se dedica ao objeto social inerente às Sociedade de Crédito Direto (“SCD”), como realização de empréstimos, de financiamento e aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem o capital próprio. Prestar serviços de análise de créditos para terceiros; cobrança de crédito de terceiros, atuar como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações de crédito em meio de plataforma eletrônica. Obteve autorização do Banco Central do Brasil, para exercer a atividade em 12 de maio de 2021 e teve seu ato constitutivo devidamente registrado/arquivado na Junta Comercial do Paraná, aos 21/05/2021.

A companhia não auferiu receitas e nem despesas no 1º semestre de 2021 fazendo que o resultado do 2º semestre represente todo o resultado do exercício e desta maneira não havendo base comparativa semestre contra semestre.

2) Base para Preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do BACEN, quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações contábeis está de acordo com a Resolução BCB nº 2/2020, com a Resolução BCB Nº4.818/20 e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) aprovados pelo BACEN:

Procedimentos CPC	Resolução BACEN/CMN
CPC 00 (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro	4.144/12
CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos	3.566/08
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de dem. Contábeis	4.524/16
CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa	3.604/08
CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	4.534/16
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas	3.750/09
CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro	4.007/11
CPC 24 - Evento subsequente	3.973/11
CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	3.823/09
CPC 27 - Ativo imobilizado	4.535/16
CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados	4.424/15
CPC 41 - Resultado por ação	3.959/19
CPC 46 - Mensuração do valor justo	4.748/19

As Demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela diretoria no dia 27 de março de 2023. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Continuidade operacional: a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

2.3. Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros, Instrumentos Financeiros

A Resolução CMN nº 4.966/21, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem

como a designação e reconhecimento de relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições contábeis e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

O objetivo é buscar a convergência do critério contábil do COSIF para os requerimentos da norma internacional do IFRS.

Em atendimento a Resolução CMN nº 4.966/21, a Unavanti realizou o mapeamento de todas as principais entregas regulatórias que devem ser realizadas a partir da emissão da norma, segregando a sua importância e tempestividade, com o propósito de demonstrar uma linha do tempo para a sua implantação. Esta norma não produziu alterações nestas demonstrações contábeis, pois trata-se de normativos prospectivos.

3) Resumo das Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis da Companhia são as seguintes:

3.1. Reconhecimento de receitas

O reconhecimento das receitas provenientes das operações com clientes, obedece a norma que estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste novo processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação;
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Empresa tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

A Administração avaliou os efeitos da aplicação da norma e não identificou alterações ou impactos no reconhecimento dessas receitas, no que diz respeito às possíveis variações nos valores contabilizados e às variações nas atividades de controles

executados, dado que são reconhecidas à medida em que há a transferência de controle dos produtos e serviços.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre serviços.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Contas a receber

Estão apresentados a valores de realização vigentes na data das demonstrações contábeis. A Empresa reconhece perda para crédito de liquidação duvidosa quando a Administração entende ter risco de perda na realização de tais créditos (perda esperada).

3.4. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

3.5. Instrumentos Financeiros

a) Títulos e Valores Mobiliários:

São avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular nº 3.068/2001, emitida pelo BACEN, com base na intenção da Administração, em três categorias:

Títulos para negociação: adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e apresentados no Ativo Circulante independentemente de seu prazo de vencimento. Registrados ao custo de aquisição e acrescidos de rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda: que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira de serem mantidos até o vencimento. Registrados ao custo de aquisição e acrescidos de rendimentos auferidos até a data do balanço no resultado do período.

Eventuais perdas não temporárias no valor justo dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda e mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período e passam a compor sua nova base de custo.

b) Operações de Crédito:

Conforme a Resolução do CMN nº 4.656/18, a SCD é instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio.

A Companhia origina operações de crédito que são autorizadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). As operações de crédito são classificadas de acordo com o nível de risco estabelecido pela Administração, observando os requisitos da Resolução

CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e a classificação em níveis de “AA” (risco mínimo) a “H” (risco máximo), levando em consideração os níveis de atraso das operações e o julgamento da Administração quanto a outros aspectos do nível de risco.

As receitas e encargos das operações de crédito em atraso são reconhecidas no resultado do exercício até o 59º dia. A partir do 60º dia de atraso são reconhecidas como receita no resultado apenas no seu efetivo recebimento.

As operações de crédito classificadas como nível “H” são baixadas contra a provisão existente, após 6 (seis meses) de sua classificação nesse risco e transferidas para contas de compensação, onde permanecem registradas pelo prazo mínimo de 5 anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, atendidas às normas estabelecidas pela Resolução do CMN nº 2.682/99, dentre as quais se destacam:

- As provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência;
- Considerando-se exclusivamente a inadimplência, as baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido, ou após 540 dias, no caso de empréstimos com prazo a decorrer superior a 36 meses.

d) Depósitos de Contas Pré-Pagas:

Correspondem aos saldos depósitos em contas de pagamento pré-pagas de titularidade dos usuários de nossa plataforma digital, nos quais podem ser depositados e retirados por meio das operações de movimentações de TED e PIX.

3.6. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição líquido de depreciação acumulada. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme taxas demonstradas na Nota Explicativa no 8. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada período e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades da Empresa, originados de operações de arrendamento do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios-econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.7. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Empresa detém uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante

estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do Conglomerado.

3.8. Tributação sobre a renda

Tributos correntes

(i) **Imposto de renda pessoa jurídica:** o IRPJ é apurado pelo lucro real, estimativa mensal é calculado mediante a aplicação, da alíquota de 15% sobre a totalidade do lucro apurado no período e da alíquota adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder a R\$ 20.000,00.

(ii) **Contribuição social sobre o lucro líquido:** a contribuição é calculada mediante a aplicação da alíquota de 21% sobre a base de cálculo apurada no trimestre.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do período, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros.

A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita a interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

3.9. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Dessa forma, a Empresa continuará avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros que atualmente são mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao

custo amortizado, tais como contas a receber de clientes, foram avaliadas as características contratuais do fluxo de caixa e se esses ativos são mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja captar o fluxo de caixa contratuais que sejam representados exclusivamente por pagamento de principal e juros.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Empresa detém uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do Conglomerado.

3.10. Julgamentos

Na aplicação das práticas contábeis descritas na Nota Explicativa no 3.4., a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis

- Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na Nota Explicativa no 3.7, a Empresa revisa anualmente a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação dos bens do imobilizado no final de cada período de relatório.

- **Provisões para riscos**

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Empresa possui obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e para que o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Empresa.

- **Provisão para perda de crédito esperada**

É constituída considerando-se a avaliação dos créditos, a análise da conjuntura econômica e o histórico de perdas registradas em períodos anteriores por faixa de vencimento, em montante considerado suficiente pela Administração da Empresa para cobertura de prováveis perdas na realização.

- **Redução do valor recuperável de ativos financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar.

4) Riscos

4.1. Risco de estrutura de capital

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital pela instituição. Visando o atendimento à resolução nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017 do BACEN, a companhia adotou uma política de gerenciamento de capital que constituiu um conjunto de princípios, procedimentos e instrumentos que asseguram adequação de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível

com os riscos incorridos, de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos.

4.2. Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. O gerenciamento do risco operacional é efetuado pela área de Gestão de Riscos, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17. A Companhia possui política e procedimentos que visam o monitoramento, a identificação e a gestão de risco de forma integrada, busca constante por melhoria na eficiência e eficácia dos processos e respectivos controles, reporte de informações tempestivas à alta administração.

4.3. Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Companhia. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado pela área de Gestão de Riscos, que mantém independência em relação as operações. A Companhia atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, o que permite a manutenção de níveis baixos de exposição em relação ao risco de mercado e está apta a atender às exigências da Resolução CMN nº 4.557/17.

4.4. Risco de liquidez

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

4.5. Política anti-inflacionária

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas

podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos e passivos pré-fixados da Companhia.

4.6. Risco Institucional

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

4.7. Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2022 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

4.8. Risco de crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

4.9. Risco de inadimplência

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

5) Caixa e Equivalentes de Caixa

A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos exercícios, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e estão dispostos da seguinte forma:

Descrição	30/06/2022	31/12/2021
Depósitos Bancários	2	1.753
Reservas Livres SPB – Bacen	70	
Letras do Tesouro Nacional (a)	3.319	
Total de Caixa e Equivalentes	3.391	1.753

a) As aplicações em Letras do Tesouro Nacional (LTN), são operações compromissadas pós-fixada com vencimentos diários.

6) Operações de Crédito

A conta “Operações de Crédito” são referentes a operações de Crédito que foram realizados mediante antecipação de recebíveis com terceiros das diversas cadeias produtivas que provem fluxo de caixa mediante à antecipação de recebíveis e estão dispostas da seguinte forma:

6.1. Carteira de Crédito Geral

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Crédito Pessoal	27	
Capital de Giro	229	
Outros Créditos	704	
Direitos Creditórios Descontados	672	776
(-) PECLD	(12)	(4)
Total de Operações de Crédito	1.620	772

6.2. Carteira de Crédito Composta Res. 2.682/1999

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
AA		
A	1.175	776
B	455	
C		
D		
E		
F		
G	2	
H		
Total de Carteira de Crédito Composta	1.632	776

6.3. Critérios PECLD

A empresa adotou como critério no ano de 2022 para este trabalho, a resolução 2.682, de 22/12/1999 do Banco Central do Brasil, cujo são tratadas as classificações de operações de crédito, em ordem de risco crescente com base nos percentuais abaixo:

A vencer	0,00%
0 a 14	0,50%
15 a 30	1,00%
31 a 60	3,00%
61 a 90	10,00%
91 a 120	30,00%
121 a 150	50,00%
151 a 180	70,00%
181 a 360	100,00%
Até 48 meses	100,00%

6.4. Composição de PECLD

Descrição	Rating	31/12/2022	31/12/2021
AA	0,0%		
A	0,5%	6	4
B	1,0%	4	
C	3,0%		
D	10,0%		
E	30,0%		
F	50,0%		
G	70,0%	2	
H	100,0%		
Total de PECLD	-	12	4

7) Outros Créditos

A conta "Outros Créditos" são valores a Receber por Serviços prestados à Fundos de Investimentos como Serviços de Cobrança e estão compostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Serviços prestados a receber	260	300
Adiantamentos	2	
Impostos a recuperar	5	
Devedores diversos	4	
Total de Outros Créditos	271	300

8) Imobilizado

A Administração entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica dos seus ativos. Nas datas de fechamento dos balanços apresentados, a Administração entendeu que não havia indicação de que alguns dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme o Pronunciamento CPC 01.

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2021	Adições	Baixas	Depreciações	31/12/2022
Computadores e Periféricos	20%	56	47		(15)	88

9) Depósitos contas pré-pagas

A conta Depósitos corresponde ao saldo de depósitos em contas de pagamento pré-pagas dos clientes que utilizam o serviço de conta digital da Companhia e devem sempre ficar disponíveis para transações bancárias dos usuários. Adicionalmente a Companhia é obrigada a fazer salvaguarda dos valores em favor do Banco Central ou Títulos Públicos que não sofram a marcação a mercado e possam ser resgatados a qualquer momento para fazer jus as movimentações dos correntistas.

10) Obrigações com fornecedores

A conta “Obrigações com Fornecedores” são referentes a obrigações com prestadores de serviço que a Companhia utiliza no cotejo de suas atividades.

11) Obrigações trabalhistas e sociais

A conta “Obrigações trabalhistas e sociais” são referentes a obrigações com colaboradores e encargos sociais decorrentes dos vínculos empregatícios e estão dispostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
IRRF – 0561	10	
INSS	13	
FGTS	1	
Salários e Ordenados a pagar	32	
Provisão de Férias	9	
INSS/FGTS S/ Férias	2	
Total Obrigações trabalhistas e sociais	67	-

12) Obrigações tributárias

A conta “Obrigações Tributárias” são referentes a obrigações com o fisco que a Companhia tem em detrimento de suas operações e estão dispostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ a pagar		76
CSLL a pagar		79
Retenções S/ Serviços de Terceiros	7	10
ISS a pagar	9	2
PIS a pagar	2	10
COFINS a pagar	13	13
Total Obrigações tributárias	31	190

13) Obrigações estatutárias

A conta “Obrigações Estatutárias” são referentes a obrigações que a Companhia possui com seus acionistas mediante a disposições estatutárias. O montante de 59 foi pago em junho de 2022 e os acionistas integralizam ao capital social.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos a pagar		59
Total Obrigações estatutárias	-	59

14) Outras Obrigações

A conta “Outras Obrigações” são referentes a obrigações que a Companhia possui em sua tesouraria que não foram compensadas ou identificadas em favor dos seus beneficiários para baixa do seu respectivo saldo.

15) Patrimônio líquido

Capital Social - O Capital Social subscrito é de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), representado por 3.000.000 (três milhões) ações ordinárias, nominativas e sem valor

nominal. O capital integralizado é de R\$ 2.624.677 (dois milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, seiscentos e setenta e sete reais).

(-) Capital Social a Integralizar - O Capital Social a Integralizar, representado por 600.000 (seiscentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital a integralizar é de R\$ 375.322 (trezentos e setenta e cinco mil e trezentos e vinte e dois reais) e tem o prazo de 12 meses contados da AGE que deliberou o aumento de Capital Social.

Reserva Legal - A reserva legal constituída está dentro do limite de 20% não excedendo o capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e com o artigo 27, § 1º, letra (a) do estatuto social da Companhia.

Lucros/Prejuízos Acumulados – A companhia encerrou o período com o saldo de R\$ 55.997,54 (cinquenta e cinco mil, novecentos e noventa e sete reais e cinquenta e quatro centavos) de prejuízos acumulados que deverão ser revertidos ao longo do próximo ano.

16) Receita de Prestação de Serviços

A conta “Receita de Prestação de Serviços” é composta pelos diferentes tipos de serviços que o Conglomerado presta aos seus clientes e está disposto da seguinte forma:

Descrição	2º-Sem-2022	31/12/2022	31/12/2021
Serviços de Cobrança	1.325	3.075	1.200
Pacote de Serviços PF	1	6	
Pacote de Serviços PJ	85	132	2
Total Receita de Prestação de Serviços	1.411	3.213	1.202

17) Despesas Administrativas

A conta “Despesas Administrativas” é composta por despesas incorridas nos períodos referentes atividades suportes que subsidiam atividade fim dos seus respectivos negócios e estão dispostas da seguinte forma:

UNAVANTI SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

CNPJ: 42.047.025/0001-90

Descrição	2º-Sem-2022	31/12/2022	31/12/2021
Água, Energia e Gás	(4)	(10)	(2)
Aluguéis	(7)	(14)	(3)
Comunicação	(6)	(10)	
Manutenção e Conservação de Bens	(6)	(15)	
Material	(27)	(38)	(2)
Pessoal	(346)	(617)	(9)
Processamento de Dados	(806)	(2.039)	(538)
Relações Públicas	(104)	(230)	(54)
Sistema Financeiro	(65)	(94)	(1)
Serviços de Terceiros	(101)	(202)	(108)
Vigilância e Segurança	(1)	(12)	
Serviços Técnicos e Especializados	(123)	(181)	
Viagens e Representações	(13)	(18)	(1)
Outras Despesas Administrativas	(8)	(24)	(10)
Total Despesas Administrativas	(1.617)	(3.504)	(728)

18) Despesa de Provisão de Devedores Duvidosos

A conta “Despesa de Provisão de Devedores Duvidosos” segue a regra da Resolução 2682/1999 expedida pelo Bacen que trata sobre os critérios para constituição e está disposto da seguinte forma:

Descrição	2º-Sem-2022	31/12/2022	31/12/2021
Devedores Duvidosos Operações de Crédito	(4)	(12)	(4)
Total Despesa de Provisão de Devedores Duvidosos	(4)	(12)	(4)

19) Contingências

A Companhia não possui conhecimento de ações judiciais e processos administrativos envolvendo questões de natureza cível, fiscal ou trabalhista, cujo valor em risco possa ter impacto nestas demonstrações financeiras.

20) Eventos Subsequentes

Após o encerramento do período de 31 de dezembro de 2022 não houve eventos subsequentes relevantes até o encerramento destas demonstrações financeiras.
